

**ATA DA 230ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONDEMA DE BERTIOGA – 2020 (VIRTUAL)**

**Data:** 29/09/2020

**Início:** 10h00

**Término:** 12h00

**Link:** [meet.google.com/tnj-hihb-ghd](https://meet.google.com/tnj-hihb-ghd)

O Sr. Presidente deu início à reunião. Ausentes representantes da SU e Boraceia Viva.

Foi dispensada a leitura da ata anterior pelo fato de a mesma ter sido encaminhada por email aos conselheiros que não apresentaram nenhuma observação, sendo assim aprovada por unanimidade.

**PAUTA:**

- 1. Programa Município Verde Azul:** o Sr. Presidente falou que o prazo para envio dos documentos referentes ao ciclo 2019/2020 do PMVA encerrou ontem, 28/09. Houve uma alteração significativa na forma de gestão do Programa. Antes o ciclo era contado de outubro do ano passado a setembro do ano corrente, agora é de janeiro a dezembro do ano passado. Então, apresentamos os mesmos relatórios, atualizando as ações que realizamos até dezembro de 2019. Para o ano que vem, entregaremos os relatórios do período de janeiro a dezembro de 2020. Ou seja, todas as ações realizadas este ano servirão para o PMVA 2021. Agradeceu aos estagiários e a Chefe da SEAM, Sra. Mylene Lyra, que ajudaram na continuidade do MVA capacitando profissionais para lidar com o programa. Toda equipe trabalhou arduamente, buscando informações em outras Secretarias, contatos para obter dados e fazer os relatórios. Agora estamos aguardando a certificação. A Sra. Mylene complementou agradecendo ao DHA, conselheiro André Santana, que também ajudou bastante, bem como a toda a equipe da SM.
- 2. Adequação de Resolução CONDEMA:** o Sr. Presidente explicou que a equipe da SM passou vários dias discutindo a proposta de adequação da Resolução CONDEMA a ser apresentada aos conselheiros e que o objetivo é adequar nossa Resolução a legislação do Estado e tornar mais viável economicamente o licenciamento, que hoje é muito caro no município. Fizemos uma revisão e compilamos as Resoluções que tratam do assunto em uma proposta única, para facilitar o trabalho e o entendimento de todos. A minuta foi encaminhada ao e-mail dos conselheiros para análise. Abriu a palavra aos conselheiros. O conselheiro Paulo Velzi opinou que gostaria de analisar com mais calma. O Sr. Presidente falou que se fosse da vontade do Conselho poderia agendar reunião extraordinária para tratar exclusivamente deste item. O conselheiro Paulo Velzi sugeriu formar uma comissão para analisar junto ao DDA, Sr. Godoi e também lembrou da necessidade de alteração do Código Tributário. O Sr. Presidente concordou, explicando que é preciso mudar o fator de cálculo da Autorização, que hoje considera o metro quadrado a ser construído e não a área a ser suprimida. Exemplificou que, enquanto no Estado o Licenciamento custa R\$ 300,00, no município custa R\$ 3.000,00. Este cálculo dificulta demais o licenciamento especialmente para pessoas de baixa renda. Esse é o propósito. Que as pessoas procurem o município para fazer o licenciamento de forma correta e aplicar sanções para quem fizer errado. Em razão da sugestão do conselheiro Paulo Velzi, perguntou quem gostaria de

participar da comissão para analisar a minuta, ressaltando, porém, que a comissão apresente seu parecer em 10 dias. A comissão ficou formada pelos conselheiros Paulo Velzi, Castro, Teresa, pelo suplente Eduardo Tomé, aqui representando a AAEAB, e será coordenada pelo DDA, Sr. Godoi. O conselheiro Castro registrou que é preciso alterar também o Código Ambiental. O Sr. Presidente concordou que é importante, porém antes é preciso alterar a Resolução e o Código Tributário. O Código Ambiental precisa ser analisado com calma, necessita de tramitação na Câmara, mas trabalharemos no assunto em breve. A conselheira Marisa sugeriu usar como base a Resolução Estadual 48/14, que inclui crimes ambientais, já que nem sempre a situação é licenciável ou regularizável. O Sr. Presidente respondeu que isso está previsto na minuta e falou que seria interessante a conselheira Marisa participar da comissão. A conselheira respondeu que no momento sua agenda de atendimento toma todo seu tempo, mas se comprometeu a ler a minuta final e conversar com a comissão. O DDA, Sr. Godoi, agendou a reunião extraordinária virtual para 13/10, às 10h00. Explicou que a intenção da Resolução não é criar nada novo, mas sim adequar-se a Resolução Estadual 48/14 e trazer justiça para o Licenciamento/Regularização. Exemplificou que a autuação pelo corte irregular de vegetação em estágio médio é cerca de R\$ 40,00 por metro quadrado enquanto no Estado é R\$ 3,00, sem contar todas as exigências para compensação. Em que pese o agendamento da reunião da comissão, é importante a participação de todos os conselheiros, encaminhando sugestões por e-mail para discutirmos e, se for o caso, acrescentarmos na Resolução.

### 3. Assuntos Gerais:

a. **Conselheiro Paulo Velzi:** quer tratar dois assuntos. Primeiro, sobre a Lei do Silêncio. A DOA não está suportando a demanda de reclamações de som alto. Além do aumento do número de habitantes do município e é um festival de som alto todos os finais de semana. Sem contar a população flutuante e os aluguéis de final de semana, barateados por aplicativos como o Airbnb, depreciando e barbarizando nosso município. É preciso regulamentar essa questão por meio de Legislação no CONTUR. Segundo assunto: a comissão do PERB, por ordem da juíza, deve acompanhar se está sendo feito o monitoramento da água do Itapanhaú. O Sr. Presidente falou que que tem acompanhado de perto essa questão e que a SABESP está sim realizando o monitoramento e havia pedido autorização da PMB para instalar ponto de monitoramento no Parque Ilha rio da Praia. Não podemos autorizar porque a posse da área não é nossa, então passamos os contatos dos proprietários para que a SABESP faça contato. Falou que vai passar o contato da pessoa responsável pelo monitoramento na SABESP para que o conselheiro Paulo fale diretamente com ela. O conselheiro Paulo Velzi perguntou sobre a questão da exigência de preservação ambiental, se foi feito contato com a CETESB para solucionar essa questão. O Sr. Presidente explicou que preparamos uma Informação Técnica e encaminhamos à CETESB sobre preservação dos lotes inseridos no setor IV e área urbana fora da zona de amortecimento, substituindo por averbação em áreas no Setor I da zona de amortecimento, nos termos da Res. SMA 203/2018, que dispõe sobre Plano de Manejo do PERB. Trabalhamos para fazer o licenciamento e procuramos agilizar o fluxo de processos na PMB, melhorando a condição de vida da população e preservando o meio ambiente. Estamos aguardando a resposta da CETESB. O conselheiro Paulo Velzi

parabenizou o Sr. Presidente pela proposta de excelente solução para resolver este problema. O Sr. Presidente agradeceu e disse que é um trabalho em equipe, de pessoas que se dedicam e possibilitam que isso aconteça.

- b. Conselheiro Castro:** falou que a lei do ruído foi criada em razão de questões de manter a ordem pública, porém a DOA vem atendendo entre 30 e 40 chamadas todos os finais de semana sobre queixas de som alto. Falou que elaborou uma minuta para regulamentar esta lei e a entregou na Procuradoria. Está aguardando avaliação e aprovação do Prefeito. Explicou que atualmente a DOA tem trabalhado mais questões de código de posturas do que as próprias questões ambientais, sobrecarregando a Diretoria, que acaba não conseguindo atender a demanda de situações de invasão, por exemplo. É preciso que cada departamento assuma sua função, suas obrigações. Já encaminhamos um documento referente ao Código de Posturas que até hoje não teve prosseguimento. Também lembrou que atribuíram a DOA fiscalizar caixinha de som na praia, por meio de uma Lei proposta por vereador e não sancionada pelo Prefeito. Há também a falta de estrutura para a fiscalização ambiental. É preciso criar a Guarda Ambiental, desvinculada da GCM. É muito complicado trabalhar do jeito que está. Gostaria, ainda, de insistir na atualização do Código Ambiental. Entende que esta questão do aumento de locação de imóveis no município está diretamente ligada ao aumento de denúncias de som alto, que entende estar prevista no Código de Posturas e não relacionada ao Meio Ambiente. São situações muitas vezes graves, inclusive com agressões, que exigem condução dos envolvidos a delegacia. Necessário criar com urgência legislação para regulamentar locação de imóveis. O conselheiro Paulo Velzi complementou que essa legislação pode ser solicitada ao CONTUR, pois não é o locatário tradicional o problema, mas sim as locações de fim-de-semana. O conselheiro Castro falou também sobre o socorro a animais silvestres. Vivemos uma situação de calamidade pública, pois não temos onde levar esses animais. Recebemos muitos chamados e atendemos de forma eficiente, mas sem socorro veterinário. O ponto de socorro mais próximo fica em Cubatão. Inviável trabalhar assim. Solicita apoio do CONDEMA para encaminhar documento ao Estado ou viabilizar estrutura para o trabalho. O Sr. Presidente explicou que foi firmado contrato por 6 meses com a ONG Full Forest e aberto processo para cuidar disso, mas houve problemas com a documentação de quem estava participando e, desse modo, não é possível usar dinheiro público para pagar o serviço. Tentaremos realizar chamamento público ano que vem. A FF poderia apoiar esses animais, já que parte deles vem do Parque e temos que reinseri-los. O PERB ainda não tem sede. O Estado poderia criar uma Central de Triagem, Cuidado e Soltura vinculada a FF. Podemos solicitar ao Estado por meio do Conselho. O conselheiro Eduardo, representante da FF, falou que não é apenas a questão dos CETAS - Centros de Triagem de Animais Silvestres. O Estado é pouco eficiente aqui na Região Metropolitana. Acha válido fazer a proposta pelo CONDEMA e pelo Conselho Consultivo do PERB para buscar, devido a urgência, para fomentar a discussão, conversando inclusive com as demais prefeituras. O Conselho do PERB está em vias de renovação e essa é importante pauta para buscar. O Sr. Presidente explicou que precisa verificar como alocar recurso para isso, já que orçamento para o próximo ano virá reduzido. A Sra. Cátia, responsável pelo orçamento da SM lembrou que se trata de despesa contínua, cujo impacto também será contínuo no

orçamento. O Sr. Presidente explicou que há necessidade de prever esse impacto para não incorrer em desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal. Podemos, ano que vem, tentar um contrato de curto prazo que nos atenda enquanto tratamos o assunto com o Estado. O conselheiro Eduardo sugeriu que paliativamente o Estado ofereça o transporte do animal, com o devido acompanhamento de funcionário da DOA, e disponibilizou viatura da FF. O conselheiro Castro agradeceu a ajuda. A conselheira Marisa falou que na CFB existe um departamento de fauna, que trabalha com licenciamento de estrutura para cuidado de fauna. Sugeriu entrar em contato com o esse departamento, tanto ela quanto o conselheiro Eduardo, para averiguar se eles têm algum projeto ou ideia que possa nos ajudar. O conselheiro Eduardo concordou e explicou que tudo demanda tempo para implantar, por isso é importante adiantar a conversa. O Sr. Presidente dispôs-se a participar desta conversa. O conselheiro Castro finalizou ressaltando que é importante mostrar o cenário de Bertioga, que tem características de preservação espetaculares e não tem lugar para socorrer seus animais.

- c. **Conselheira Maria Inês**: gostaria de tratar de dois assuntos. O primeiro, reforçar o assunto trazido pelo conselheiro Paulo Velzi sobre o problema dos aluguéis de final de semana, aumento significativo de veículos transitando, imóveis ocupados por mais pessoas do que suportam, muito barulho, muita baderna, não temos mais sossego aos finais de semana. A AMAB tem sido bastante procurada para interceder nessas situações e quando procura órgãos responsáveis a orientação que recebe é sempre a de ligar para a DOA. A Diretoria está sobrecarregada. É preciso regulamentação e fiscalização. O segundo assunto, dirigido ao conselheiro André, é sobre qual a logística utilizada para fiscalizar construções no município. Em Boraceia, na principal avenida do bairro estão sendo construídos sete barracões de alvenaria sem questionamento de ninguém. Esgoto sendo lançado a céu aberto. Perguntou a quem deve recorrer, qual a orientação sobre medidas que a AMAB pode tomar. Falou também que há muitos animais soltos pelas ruas, bois, vacas, cabras, cavalos. Exemplificou que nos últimos dias havia crianças de cerca de 10 anos galopando em velocidade. Tragédia anunciada. Já reclamamos, encaminhamos documentos para a PMB mas não conseguimos solução. É uma área urbana e a situação é grave. O conselheiro André explicou que a DHA não faz fiscalização de obras. O departamento responsável é a SEFI (Seção de Fiscalização de Obras), desde que a obra esteja em área regular. Se for ocupação irregular, deve-se acionar a DOA. O Sr. Presidente informou que a AMAB pode ligar para a SEFI pelo número 3319-8051 ou 3319-8073. Pediu que a conselheira informe o endereço exato do local para que a equipe da fiscalização ambiental verifique a reclamação quanto ao lançamento de esgoto. Solicitou que a conselheira formalize a denúncia junto a SEFI, pois é importante o registro para a tomada de providências.
- d. **Conselheiro André Santana**: comunicou que recentemente realizamos o cadastramento de duas áreas de ocupação irregular e agradeceu o apoio da FF. O cadastramento foi realizado na Vila da Mata e na Rua Carvalho Pinto. Há três áreas cadastradas formalizando processo para publicação do decreto de congelamento. No fundo das Chácaras foram cadastradas 1048 ocupações. A área está embargada, mas é importante reforçar para evitar novas invasões. É uma demanda grande de trabalho, mas estamos contendo as ocupações irregulares.

4. **FUNESPA:** o Sr. Presidente falou que a reunião do Conselho Diretor do FUNESPA aconteceu na última sexta-feira, dia 25/09. Não houve tempo de encaminhar a ata, mas o fará em breve. Registrou que a conselheira Teresa havia pedido que os depósitos fossem realizados mensalmente no FUNESPA e isso não aconteceu. Assim, o pedido foi reiterado. A conselheira Teresa mencionou, em relação ao assunto abordado quanto ao socorro de animais no município, que deveríamos ter o ICMS ecológico, apresentando os dados poderíamos requisitar parcela deste recurso. o Sr. Presidente apresentou resultado da 50ª Reunião do Conselho Diretor do FUNESPA: mantido o extrato do mês de agosto, totalizando um saldo final R\$ 423.454,80 (quatrocentos e vinte e três mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos). Sendo na conta Nº 65-8 R\$ 107.831,35 (cento e sete mil oitocentos e trinta e um reais e trinta e cinco centavos) e na conta aplicação Nº 14192-0 R\$ 315.623,45 (trezentos e quinze mil seiscentos e vinte e três reais e quarenta e cinco centavos).

O Sr. Presidente informou que adquirimos o prédio onde funcionava o antigo albergue, ao lado do Viveiro de Mudas ‘Seo’ Léo e que lá será construído o Centro de Educação Ambiental – CEA do município. Agora toda aquela área pertence à Secretaria de Meio Ambiente. Convidou a Chefe da Seção de Educação Ambiental – SEAM, Sra. Mylene Lyra para apresentar proposta ao conselho. A Sra. Mylene iniciou bastante emocionada por trazer esse assunto ao conselho, que sempre apoiou os projetos e a educação ambiental. Explicou que o projeto prevê a implantação do CEA, junto com um Parque Ambiental, Orquidário e Bromeliário. Com a incorporação desta nova área será possível criar um espaço único, interligado. Poderemos transformar o CEA, na Rua Manoel Gajo, num cartão postal do município, em referência. Além de incrementar as ações de educação ambiental e oferecer espaço para outros órgãos da Baixada Santista desenvolverem seus projetos. A área tem 3.000m<sup>2</sup> e já contamos com parceiros para utilização do espaço a partir do início de 2021: UNIFESP, UNESP, Ecofuturo. Trabalharemos a educação ambiental fora da sala de aula, ministrando palestras, cursos, vivenciando conhecimentos junto com a comunidade, com as famílias, com as crianças.

A área interna contará com salas de aula, sala para pesquisas, laboratórios. Os alojamentos serão preservados e disponibilizados em festivais e na semana de meio ambiente, por exemplo, para acomodar os participantes de fora do município, economizando, assim, despesas com hotelaria, por exemplo. Há também uma cozinha onde poderemos até ministrar oficinas e atividades de reaproveitamento de alimentos e PUNCS, como o “Quintais da Mata Atlântica” por exemplo; sala para os estagiários com espaço adequado para trabalhar; sala para Resíduos Sólidos, sala de reuniões para o CONDEMA com amplas e adequadas instalações; auditório para palestras, oficinas, mini cursos, cinema ambiental; biblioteca ambiental com acervo de livros e cartilhas para consulta, além de terminais informatizados para pesquisa e acesso à internet; um conchário; espaço ampliado para acomodar os animais taxidermizados.

Na área externa faremos trilhas de pegadas na calçada, estimulando a curiosidade. Ampliaremos o caminho das abelhas, que hoje atende apenas pré e primeiro ano. Incrementaremos o jardim aromático num outro espaço para ser incorporado a trilha das sensações. Teremos o orquidário e o bromeliário com exposições permanentes de orquídeas e bromélias. Um espaço para produtores orgânicos venderem seus

produtos. Uma brinquedoteca e playground com brinquedos sustentáveis de eucalipto, imitando a natureza.

Falou que esta planta baixa foi apresentada ao Sr. Prefeito e no Dia do Biólogo recebemos a notícia de que havia sido aprovada. O espaço atualmente está bastante degradado e necessita de reforma para transformar esse sonho em realidade. O Sr. Presidente explicou que quando adquirimos a área precisávamos viabilizar a reforma dos prédios que estão muito deteriorados. Fizemos remanejamento da própria SM para a construção do CEA no valor de R\$ 463.000,00 (quatrocentos e sessenta e três mil reais) para a reforma e criação da estrutura. Sabemos que não será suficiente, mesmo com aporte do CONDEMA (FUNESPA). A Sra. Mylene ressaltou que é importante buscar recursos para a realização deste sonho, resultado de muito trabalho ao longo dos anos e queria compartilhar com o conselho essa alegria. A conselheira Teresa falou que é importante cuidar da legalidade disso, transformar em Lei para que os próximos governos não alterem a finalidade. O Sr. Presidente concordou. A Sra. Mylene convidou todos a conhecerem o espaço. O Sr. Presidente entende ser importante que um representante do CONDEMA acompanhe as obras e o conselheiro Paulo Velzi prontificou-se a fazê-lo. O Sr. Presidente falou que, além do remanejamento, destinou R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) da SM como aporte para o projeto, mas é pouco. Apresentou proposta para destinar recurso do FUNESPA no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para as obras e compra de equipamentos para a implantação do CEA. Os conselheiros **APROVARAM por unanimidade**. A Sra. Cátia ponderou que este é início apenas; que estamos correndo contra o tempo e sanando questões para viabilizar essa necessidade da SM e CEA. O que virá depois dependerá de levantamento de valores e é importante esse acompanhamento do CONDEMA, dando respaldo e trocando experiências. É o primeiro passo de um grande investimento. A Lei orçamentária já estava fechada, então será necessário ajeitar o orçamento no próximo ano.

O conselheiro Filipe Sofiati voltou ao assunto do início, sobre a questão dos problemas nas praias e no município como um todo, ressaltando a importância desse projeto de Educação Ambiental, o quanto é importante valorizá-la, pois percebemos que a falta de consciência ambiental, de conhecimento, resulta nessa desordem que vemos hoje. A Educação Ambiental está diretamente ligada ao Turismo. Disse estar muito feliz com essa conquista, que é muito importante que as pessoas valorizem o meio ambiente e destacou o apoio do Turismo ao projeto.

O Sr. Presidente agradeceu ao apoio de todos, da equipe da SM, do CONDEMA. É um trabalho muito difícil, mas muito gratificante.

Despediu-se, lembrando que a reunião extraordinária acontecerá no próximo dia 13 de outubro.



A próxima reunião foi agendada para o dia 27 de outubro de 2020. Nada mais havendo para tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu, Cinthia Pestana Gomes (.....), lavrei a presente ata que depois de lida, discutida e achada conforme, foi assinada por mim, pelo Presidente e demais membros presentes. É parte integrante desta ata a Lista de Presença.

Bertioga, 29 de setembro de 2020.

---

**Eng.º FERNANDO ALMEIDA POYATOS**

Secretário de Meio Ambiente  
Presidente do CONDEMA

---

**Eduardo Ferreira dos Santos Souza**

FF – titular

---

**Marisa Roitman**

SMA – suplente

---

**Nelson Jorge de Castro**

SM – titular

---

**André Rogério de Santana**

DHA – titular

---

**Filipe Toni Sofiati**

PMB – suplente

---

**Maria Inês Verdiani de Carvalho**

AMAB – titular

---

**Keila Seidel de Almeida H. Vallongo**

Fundação 10 de Agosto – suplente

---

**Teresa Cristina Pinho Favaretto**

ONG Crescer – titular

---

**Emerson Luis Costa**

SESC – suplente

---

**Paulo Roberto Maria Velzi**

AEAAB – titular

**LISTA DE PRESENÇA**  
**DA 230ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONDEMA DE BERTIOGA – 2020 (VIRTUAL)**

**Data:** 29/09/2020

**Início:** 10h00

**Término:** 12h00

**Link:** [meet.google.com/tnj-hihb-ghd](https://meet.google.com/tnj-hihb-ghd)

INSTITUIÇÃO	CONSELHEIRO	ASSINATURA
SM Presidente	Fernando Almeida Poyatos	Presente
<b>REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO</b>		
1. FF	Eduardo Ferreira dos Santos Souza	Presente
	Maria de Carvalho Tereza	-----
2. SMA	João Thiago Wohnrath Mele	-----
	Marisa Roitman	Presente
3. SM	Nelson Jorge de Castro	Presente
	Noelle Farias de Aquino	-----
4. SU	José Carlos Cavalcanti de Melo	-----
	Maurício dos Santos Souza	-----
5. ST	Ney Carlos da Rocha	-----
	Filipe Toni Sofiati	Presente
6. DHA	André Rogerio de Santana	Presente
	Giuliana Cristoni Pereira da Silva	Presente
<b>REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL</b>		
<b>a) Entidades civis de Assoc. de Moradores, Associações Benéficas ou Clubes de Serviço</b>		
7. 10 de Agosto	Luiz Augusto Pereira de Almeida	-----
	Keila Seidel de Almeida H. Vallongo	Presente
8. AMAB	Maria Inês Verdiani de Carvalho	Presente
	Maria José Ribeiro de Matos	-----
9. SESC	Marcos Roberto Laurenti	-----
	Emerson Luis Costa	Presente
<b>b) Entidades civis voltadas à preservação do meio ambiente</b>		
10. Pró-Urbe	Teresa Cristina Pinho Favaretto	Presente
	Udo Stellfeld	-----
11. Boracéia Viva	Ubirajara Gonçalves de Lima	-----
	Carla Emília de Lima	-----
<b>c) Entidade civil de Associação de Profissionais Liberais</b>		
12. AEAAB	Paulo Roberto Maria Velzi	Presente
	Eduardo Cesar Lima Tomé	-----